

EDITORIAL

O Centro Universitário do Planalto de Araxá apresenta à comunidade estudantil e demais operadores do Direito mais uma edição da Revista Jurídica do UNIARAXÁ. A Revista traz artigos de pesquisadores egressos e autores convidados.

A Revista Jurídica proporciona uma diversidade de temas relevantes e contemporâneos, e que concebe uma conquista que ocasiona por resultado um produto intelectual e científico, fruto de pesquisa realizada por egressos, alunos e professores do UNIARAXÁ, além de profissionais do Direito. Aos articulistas rendemos nossas considerações e agradecimentos.

Atentando em privilegiar uma análise mais crítica do saber jurídico e certos de que esta nova edição da Revista propiciará, de algum modo, a expansão do potencial humano, pela relevância das temáticas apresentadas, convidamos nossos leitores a mergulharem nesse mundo cognitivo que o UNIARAXÁ oferece.

Alejandra Apolo Salazar, Professora Pesquisadora da Universidade Tecnológica Indoamérica, Equador, Advogada da SEK Internacional University apresenta “Coexistencia de Sistemas Normativos en un Estado Plurinacional y Constitucional de Derechos y Justicia”. A articulista contextualiza com excelência a busca pela compreensão sobre a justiça ordinária e justiça indígena como pares. Para a autora são justiças distintas, sem subordinação entre elas. O texto é instigante, aborda o Estado como “fiador do efetivo gozo dos direitos”, o qual deve preservar o bom funcionamento de seu sistema jurídico. Paralelamente, a justiça indígena é retratada como o “eixo transversal”, em um Estado plurinacional, para o reconhecimento emancipatório com dignidade. Argumenta-se a viabilidade de um sistema de autorregulização pelo povo indígena. Vale conferir o certame em pauta.

O segundo artigo, de autoria de autoria de Guilherme Cardoso de Lima, advogado graduado em Direito pelo Centro Universitário do Planalto de Araxá e do Professor e coordenado do Curso de Direito do UNIARAXÁ, Bruno Barbosa Borges, expressa o ponto de vista dos Autores ao tratarem sobre “Direitos Humanos em Tempos Modernos e o Sistema Interamericano: A Progressão de um Povo”. Os autores debatem os Direitos Humanos em tempos modernos; diante da globalização buscam compreender as manifestações pertinentes aos Direitos Humanos. Analisaram os Direitos Humanos, suas proposições de medidas, sua concepção e reflexos pertinentes na Sociedade Latino-americana.

Na sequência, Jaqueline Carvalho Dias Trindade, advogada graduada em Direito pelo UNIARAXÁ, disserta sobre “O Processo Coletivo Sob a Ótica do Novo Código de Processo Civil”. A articulista se propõe a uma análise conceitual sobre a temática do Direito Coletivo. Considera a natureza homogênea das ações e a conexão existente entre os agentes e o objeto da relação jurídica. Trata, ainda, da previsão dos Direitos Coletivos, na Constituição Federal de 1988, por meio da admissão dos Direitos Difusos; e, no Novo Código de Processo Civil, por meio do Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas. O tema é de cognição relevante, que merece ser apreciado.

A “Responsabilidade Civil dos Planos de Saúde”, foi tratada pelos advogados Karina Pregmolato Reis, Marcelito Lopes Fialho e Ricardo Bezerra de Oliveira. Estes pesquisadores apresentam a questão da permissão estatal à abertura da saúde ao Setor Privado, que tem por decorrência a figura crescente das Operadoras de Planos de Saúde. Para os autores a prestação dos serviços se dá de forma contratual, por meio da adesão de usuários aos Planos; acrescentando-se a contratação de profissionais e hospitais. Entendem ser primordial que se determine a responsabilidade, assumida em caso de eventuais danos ao consumidor.

O quinto artigo, também de autoria dos advogados Marcelito Lopes Fialho, Karina Pregmolato Reis e Ricardo Bezerra de Oliveira, faz um estudo importante sobre “O Uso de Glifosato (*ROUNDUP*) em Plantações de Milho, no Sudoeste Goiano – Um Risco para a Saúde Humana, Animal e Ambiental”. O artigo traz informações e elementos pertinentes à utilização excessiva do agrotóxico que tem o princípio ativo derivado do *Glifosato*, utilizado em larga escala em plantações de milho na Região Sudoeste do Estado de Goiás, capaz de prejudicar o meio ambiente e, por corolário, a saúde de homens e animais.

Continuando, a advogada Mariana Guimarães Lodi, egressa do Curso de Direito e da Pós Graduação do UNIARAXÁ, proporciona uma reflexão acerca das “Tutelas Provisórias: Comparativo entre os Códigos de Processo Civil de 1.973 e de 2.015. Este trabalho procura demonstrar as alterações advindas com o Código de Processo Civil de 2.015. A autora demonstra as inovações das disposições legais, dentre elas as que são realmente inéditas, bem como aquelas que tão somente passaram a ser tratada de outro modo pelo Novo Código. O artigo proporciona uma cognição sobre o que ainda vigora e o que foi abolido pelo Nova Lei Processual. Trata-se de um trabalho bem desenvolvido sobre o avanço do Ordenamento Jurídico Pátrio, direcionado ao exame das Tutelas Provisórias.

Marisol Chagas Resende, advogada graduada em Direito pelo UNIARAXÁ a qual pesquisou sobre a “Prisão Preventiva: A Aplicação Indevida na Comarca de Araxá/MG”. A

Prisão Preventiva discutida em face dos que rezam as Normas Penais e Constitucionais e da Convenção Interamericana de Direitos Humanos. Para a autora existe uma banalização e ilegalidade em sua aplicação. Merecem destaque os gráficos apresentados pela pesquisadora. Trazem dados importantes para a compreensão do tema.

O artigo seguinte também trata da temática da Tutela Provisória, agora especificamente sobre “Os Efeitos da Tutela Provisória de Urgência do Novo Código de Processo Civil na Lei de Improbidade Administrativa. O autor Paulo Antônio Silva Neto, Bacharel em Direito pelo UNIARAXÁ e Advogado, discute sobre a utilização do Código de Processo Civil por Diplomas Especiais, para execução de Medidas Cautelares próprias. Para o pesquisador faz-se necessário que, no caso da Lei de Improbidade Administrativa, sejam utilizadas subsidiariamente as regras existentes no Novo Código de Processo Civil, desde que resguardados os Direitos Constitucionais. O texto merece apreciação.

Priscilla Rayane de Matos Silva, acadêmica do Curso de Direito, disserta sobre tema contemporâneo e relevante contextualizando sobre “A Contribuição da Conciliação e Mediação à redução do Acervo Processual Nacional e na Comarca de Ibiá-MG”. A autora objetivou incentivar o uso dos métodos alternativos de conflitos como a conciliação e a mediação demonstrando, por meio de dados, seu impacto na baixa do acervo processual nacional e na comarca de Ibiá-MG.

O Advogado Rafael Lemos Giani, Pós-graduando no Curso de Direito Penal e Processo Penal da Rede de Ensino LFG/Anhanguera, articulou sobre “O Subjetivismo Judicial Como Expressão da Cosmovisão no Livre Convencimento Motivado no Processo Penal”. O artigo é construído através de uma comparação entre o Livre Convencimento Motivado e a íntima convicção judicial que vigora nos Processos de competência do Tribunal do Júri. Para o autor o Princípio do Livre Convencimento Motivado funciona como ferramenta retórica, ao invés de garantir a incolumidade da motivação de cada decisão, proferida no Brasil. Trouxe à discussão a concepção de Cosmovisão; neste sentido, entende que “negar certa parcela de aspecto subjetivo ao Magistrado é negar a sua liberdade de decidir”; a negação à subjetividade é vista como recusa a aplicação da Lei e do Direito.

O desafio “Das Ações de Família, segundo advento do Novo Código de Processo Civil”, por Renan Correia e Castro, advogado formado pelo UNIARAXÁ traz apontamentos acerca das novidades, advindas pelo novo Código de Processo Civil - CPC (Lei n. 13.105/2015). Expõe sobre os procedimentos especiais, no âmbito do “Direito de Família”; aborda temas como Mediação e Conciliação; Reconhecimento da União Estável; Alienação

Parental; Execução de Alimentos; Guarda e Visitação; Filiação; e, a Prisão Civil do Devedor de Alimentos. No entendimento do Autor, os termos do Código e Processo Civil de 2.015, no que concerne às Ações de Família, enquadra-se à realidade dos fatos.

“A Judicialização da Saúde - Transferência de Pacientes Cadastrados no SUSFÁCIL: Circunstâncias e Consequências” de autoria da acadêmica do Curso de Direito Rita Maria de Souza Macedo e de sua orientadora de Trabalho de Conclusão de Curso, a Professora e Advogada Elizabeth Cristiane de Oliveira Futami de Novaes. Abordam a questão da saúde pública, propondo uma análise das circunstâncias e as consequências das decisões judiciais, que vêm concedendo transferências, medicações e exames. Destacou-se a deficiência da Saúde Pública, em especial os usuários do Sistema Único de Saúde (SUS). Para as autoras, ao Estado cabe a efetivação de medidas de forma a não ser necessária a busca pela Judicialização da Saúde.

Outro tema que submerge do novo Código de Processo Civil é a “Celeridade dos Juizados Especiais à Luz da Aplicação Subsidiária do Novo Código de Processo Civil”, de autoria de Tiago Augusto da Silva. Neste artigo o articulista analisa o Princípio da Celeridade Processual no âmbito dos Juizados Especiais Cíveis e faz uma análise em face à aplicação subsidiária desse novo Diploma Legal.

Por fim, o advogado Victor Vasconcelos Ribeiro, em “O Agravo de Instrumento no Novo Código de Processo Civil” compara os Códigos de 1.973 e 2.015 identificando os prós e os contras da alteração legislativa, além de destacar as formas de Agravo existente na Lei Processual atual.

Para encerrar estas considerações editoriais, ressaltamos que a Revista Jurídica do UNIARAXÁ está aberta aos docentes desta Instituição de Ensino Superior e de outras Instituições, do mesmo modo a demais colaboradores interessados.

Manifestamos nossos sinceros agradecimentos a todos os que colaboraram para esta edição da Revista.

Boa leitura!

Prof.^a M^a. Eliana Maria Pavan de Oliveira
Editora responsável